

Um dia de homenagem às mulheres no Congresso

Com "força e doçura", como disse a senadora Ana Júlia Carepa, elas ajudam a modificar o mundo. Reconhecendo isso, o Congresso prestou uma série de homenagens às mulheres brasileiras

Página 4



RECONHECIMENTO A Galeria das Senadoras da República é inaugurada por Roseana, Ana Júlia, Marisa Letícia, Elvira Salinas, Serys, Mariza Gomes e Heloísa Helena

César Borges vê recuo no desarmamento

"Mais uma vez o lobby dos que defendem a indústria de armas se faz forte." A afirmação foi feita ontem pelo senador César Borges, ao lamentar que esteja parado na Câmara dos Deputados o decreto que marca para outubro o referendo sobre desarmamento.

Página 3

Incrá sem recursos para impedir grilagem

Presidente do Incra reconhece poder dos grileiros na Amazônia.

Página 8

Comissão vota mesmo com a pauta trancada

As comissões do Senado votarão projetos terminativos mesmo com a pauta do Plenário trancada por medida provisória. Essa decisão foi tomada ontem em reunião dos líderes partidários com o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Página 5



CRÍTICA Lobão diz que, apesar da contribuição dos aposentados, Previdência continua deficitária

Lobão registra denúncia contra taxaço do inativo

Ao pedir à Câmara a deliberação sobre a PEC Paralela, Edison Lobão (PFL-MA) lembrou que a proposta é fruto de um acordo das lideranças de ambas as Casas do Congresso com o governo federal.

Ele registrou nota do jornalista Gilberto Amaral, segundo a qual o Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Unafisco) ofereceu denúncia à Organização dos Estados Americanos (OEA) contra o Estado brasileiro, em decorrência da taxaço dos inativos.

– O Unafisco considera que a reforma da Previdência violou a propriedade individual. Além disso, os aposentados brasileiros tiveram, nos seus pleitos, deficiente proteção judicial no Supremo Tribunal Federal – disse o senador.

Lobão acrescentou que, para o Unafisco, inviabilizaram-se os direitos humanos que o Brasil tinha a obrigação de proteger, por ser signatário do Pacto de São José da Costa Rica. O parlamentar lamentou que, apesar da contribuição dos aposentados, a Previdência Social brasileira continue deficitária.

Paim cobra da Câmara votação da PEC Paralela

■ Senador é contra a inclusão, no texto, de setores que não foram contemplados no acordo com o governo

O senador Paulo Paim (PT-RS) dirigiu apelo à Câmara dos Deputados para que vote a PEC Paralela – que modifica pontos da reforma da Previdência – conforme acordo com o governo no Senado. Ele disse ter ouvido deputados afirmarem, na televisão, que vão votar, mas querem colocar setores não



PRIORIDADE Paim argumenta que reforma tributária não pode passar à frente da proposta

incluídos no acordo.

– Vamos respeitar o que foi acertado. Não há como incluir

categorias que não foram contempladas no acordo. Pelo que ouvi, até o subteto ia desaparecer. Assim, não se vota nada. Vote-se a PEC Paralela (227/04) e, em seguida, a reforma tributária. Não dá para passar a reforma tributária na frente.

Paim lembrou que, em sessão do Congresso Nacional, ficou acertada a criação, este ano, de comissão mista para definir uma política para o salário mínimo e para aposentados e pensionistas. Ele foi aparteado por Romeu Tuma (PFL-SP), César Borges (PFL-BA) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG).



AÇÃO Hélio Costa comunica ainda empenho de Itamar Franco pela libertação de brasileiro no Iraque

Hélio Costa diz que será liberada verba a rodovias

Hélio Costa (PMDB-MG) informou que, conforme comunicação do ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, foram reservados R\$ 700 milhões para recuperação, este ano, de estradas que cortam Minas Gerais.

Ele também citou entrevista à rede CBN em que o embaixador do Brasil na Itália, Itamar Franco, sugeriu ao Itamaraty que instale em território italiano a base operacional pela libertação de João José de Vasconcellos Júnior, seqüestrado em janeiro por rebeldes iraquianos.



ALERTA Reginaldo Duarte afirma que vários institutos já haviam previsto a atual fase de estiagem

Reginaldo pede ação permanente contra a seca

Reginaldo Duarte (PSDB-CE) cobrou medidas mais efetivas no combate à seca no Nordeste, ao lembrar que o fenômeno, ao contrário de outras catástrofes, como terremotos e vendavais, é gradual e previsível, "o que deveria gerar ações preventivas do governo".

O senador ressaltou que diversos institutos de pesquisa meteorológica haviam antecipado a ocorrência de uma forte seca no Nordeste, em março e abril. Acrescentou que várias cidades atingidas já avaliam a possibilidade de decretar situação de emergência.

Agenda

Sessão não deliberativa às 9h

A sessão de hoje do Senado Federal, com início previsto para as 9h, é de caráter não deliberativo. Sem a votação de matérias, ela se destina a pronunciamentos de parlamentares e comunicados da Mesa diretora e das lideranças partidárias. Na próxima terça-feira, os senadores vão retomar a análise do projeto oriundo da medida provisória que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PLV 1/05).

Rádio faz homenagem às mulheres

Para celebrar o Dia Internacional da Mulher, o programa *Autores e Livros*, que a Rádio Senado apresenta no domingo, às 9h, entrevista a escritora Laila de Araújo Maciel, autora do romance *Soltando as Amarras*. O livro descreve a força e a perseverança da personagem Ester, uma mulher dinâmica e vencedora no jogo da vida.



Bidu Sayão na TV

Amanhã, às 15h e às 21h30, a TV Senado exibe o documentário *Bidu Sayão, o Canto de Cristal*, que retrata a trajetória da cantora lírica brasileira que se consagrou na Europa e nos Estados Unidos.

Alô Senado

O Alô Senado recebe diariamente sugestões da população. Para participar, basta ligar 0800 61-2211 ou mandar e-mail para o endereço alosenado@senado.gov.br.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Homenagem a Raul Machado

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) homenageou ontem o jurista e professor catedrático de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Raul Machado Horta, falecido no último dia 2. O jurista, que era genro do ex-senador mineiro Milton Campos, foi, afirmou Azeredo, o maior constitucionalista de seu tempo.

O parlamentar fez uma retrospectiva da vida de Raul Machado Horta, ressaltando sua participação na comissão que elaborou o anteprojeto da Constituição federal de 1988. O jurista, lembrou ainda o senador por Minas Gerais, foi assessor do senador Afonso Arinos na Comissão de Sistematização, durante a Assembléia Nacional Constituinte de 1987 a 1988.

Pesar pela morte de Valmor Giavarina

A pedido do senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM), endossado pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), o Senado apresentará voto de pesar pela morte do ex-deputado federal Valmor Giavarina, ocorrida no final de fevereiro. Serão apresentadas condolências à família do político, que também era advogado. Nos últimos anos ele prestou assessoria jurídica ao Diretório Nacional do Partido Progressista.

– Valmor Giavarina foi deputado federal pelo PMDB nos anos difíceis de combate ao regime autoritário. Ele deu sua contribuição para a restauração da democracia. Sou testemunha de sua competência – afirmou Virgílio.

Giavarina também foi autor de vários livros, entre eles *Constituinte Originária e Instituída* (com prefácio do ex-presidente Tancredo Neves) e *O General que Queria ser Esquecido*.

20 anos da redemocratização

Agência Senado divulga hoje matéria sobre os 20 anos da redemocratização do Brasil, momento histórico que será celebrado em sessão especial, na próxima terça-feira. Na segunda-feira, o **Jornal do Senado** trará uma edição especial sobre aquela que foi a mais tranqüila das transições ocorridas no país.

A realização da sessão é iniciativa do presidente da Casa, Renan Calheiros, que designou, entre os oradores do evento, quatro políticos que ocuparam ministérios na Nova República: Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Marco Maciel (PFL-PE), Jorge Bornhausen (PFL-SC) e Pedro Simon (PMDB-RS).

O último orador da sessão será o senador José Sarney (PMDB-AP), que assumiu a Presidência no lugar de Tancredo Neves.

César Borges alerta para recuo no desarmamento

Demora da Câmara em votar projeto que institui referendo contra venda de arma preocupa o senador

O senador César Borges (PFL-BA) manifestou ontem sua inquietação com o que classificou de “perda de prestígio” do Estatuto do Desarmamento. Ele lembrou que o decreto legislativo que marca para outubro o referendo sobre a proibição e comercialização de armas está parado na Câmara dos Deputados. Para ele, trata-se de uma ameaça à “cultura da paz”.

– O Estatuto do Desarmamento instituiu penas rigorosas para o porte ilegal de armas, tipificou o contrabando, valorizou a participação da sociedade e colocou o Brasil no ápice da defesa da vida. O decreto legislativo sobre o referendo foi aprovado nesta Casa. O Senado cumpriu seu dever. Acontece, entretanto, que o projeto, que chegou em junho do ano passado à Câmara, desde então não caminha – protestou.



PRESSÃO "Lobby dos que defendem a indústria de armas se faz forte", lamenta César Borges

César Borges disse que o clima no país é de preocupação e que o estatuto corre o perigo de ser desmoralizado.

– Mais uma vez, o lobby dos que defendem a indústria de armas se faz forte – afirmou.

O senador ressaltou que a base do governo na Câmara “está desarticulada e incapaz de identificar as prioridades nas votações”. Ele lamentou, ainda, que até agora o governo tenha se limitado apenas à campanha de entrega de armas por parte do cidadão comum.

– O que se esperava do go-

verno eram ações efetivas, principalmente quanto à arma que está na mão do criminoso. Deveriam ser feitas batidas nos locais de conflito, em ações coordenadas entre a Polícia Federal e as polícias estaduais, civil e militar – sugeriu.

Evidência

A negligência do governo, observou, transparece no episódio em que um juiz de Direito assassinou à queima-roupa um vigia de supermercado, no Ceará. Isso aconteceu, na opinião de César Borges, porque os magistrados foram dispensados de testes psicológicos para o porte de armas, uma decisão, frisou, que afronta o estatuto.

O parlamentar elogiou a atitude do presidente do Senado, Renan Calheiros, que colocou a estrutura de comunicação da Casa à disposição da realização do referendo. César Borges anunciou que apresentará projeto restringindo as exceções do estatuto e explicitando que aqueles que obtêm porte profissional deverão cumprir as mesmas exigências a que está sujeito o cidadão comum.

TSE aguarda definição para preparar referendo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem que nos próximos dias deverá procurar o presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti, para discutir a realização do referendo sobre a proibição da comercialização de armas, programado para o próximo mês de outubro. Renan deu a declaração após se encontrar, no Senado, com o ministro Carlos Velloso, que assumirá novamente a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na próxima terça-feira.

De acordo com Carlos Velloso, o TSE precisa de um prazo mínimo de quatro meses para



VISITA Ministro Carlos Velloso (C), que assumirá novamente a presidência do TSE, discute com Renan e Suassuna os procedimentos para a consulta popular

poder aprovar e baixar as instruções relativas ao referendo. Nesse sentido, o Congresso Nacional precisaria ainda aprovar a data para o referendo e, se for

o caso, definir se a campanha nas emissoras de rádio e TV será paga ou se será gratuita, seguindo os moldes das eleições no país.

Teste para novo cartão de identidade do eleitor

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deverá testar, no referendo sobre a comercialização de armas no país, em outubro, um novo cartão de identidade eleitoral, idealizado para dar segurança máxima aos pleitos. O projeto do novo cartão, conforme informou o ministro Carlos Velloso, que assume a presidência do TSE na próxima terça-feira, nasceu na Universidade de Brasília e, se passar pelos testes, já poderá ser utilizado

universalmente a partir das eleições de 2008.

Contando com foto do eleitor, o novo cartão dispensaria o papel dos mesários de abrirem eletronicamente as urnas. Atualmente, o eleitor passa as informações à mesa eleitoral e esta, recorrendo a uma senha, habilita o voto. Com o novo cartão, caberia ao próprio eleitor a responsabilidade por este ato, ficando a mesa apenas para

checar as informações.

Mesmo com a certeza de que o modelo de coleta de votos no Brasil é muito seguro, Velloso acredita que o novo sistema ampliará essa garantia. Sua adoção, entretanto, exigirá o recadastramento dos mais de 120 milhões de eleitores.

O ministro viaja na próxima semana para apresentar, a pesquisadores americanos, o sistema do voto eletrônico brasileiro.



FRACASSO Para Juvêncio, políticas de desarmamento usadas por outros países não surtiram efeito esperado

Cai apoio à proibição ao porte de arma, diz Juvêncio

O senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) afirmou ontem que a população começa a se mostrar contrária à proibição da comercialização e porte de armas, determinada pelo Estatuto do Desarmamento, aprovado pelo Congresso Nacional em 2004. Pela lei, será realizado referendo popular sobre o desarmamento em 2 de outubro. A mudança de posição da sociedade, segundo pesquisa encomendada pela Confederação Nacional dos Transportes, é fruto do desespero da população diante da violência, assinalou o parlamentar.

– Os números indicam que a população hoje já não é mais aquela de março do ano passado. O índice de aprovação do desarmamento era de 73,6% e agora é de 48%. Há uma perda de confiança no desarmamento – disse o senador.

Concordância

Juvêncio elogiou decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que considerou inconstitucional a alíquota de 200% de ICMS cobrada sobre comercialização de armas. O senador também salientou que políticas de desarmamento adotadas em diversos países não surtiram o efeito desejado, de diminuir os índices de violência, servindo apenas para deixar a população ainda mais desprotegida.

– As autoridades que impõem decisão do gênero andam fortemente protegidas por aparatos de segurança bancados pelo Estado – disse. Juvêncio ressaltou o custo da realização do referendo – R\$ 200 milhões.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que o Estado, ao proibir o porte de armas, deve oferecer contrapartida à sociedade, criando condições de segurança nas cidades.



GARANTIA Delcídio diz que todas as viagens foram feitas para tratar de assuntos de governo

Delcídio explica uso de aviões por José Dirceu

O líder do PT e do bloco de apoio ao governo, senador Delcídio Amaral (MS), justificou as viagens feitas há duas semanas pelo ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB). De acordo com Delcídio, as viagens, questionadas pelos meios de comunicação, foram todas institucionais.

O parlamentar explicou ontem que o ministro foi à Argentina tratar dos preparativos para o encontro entre os presidentes daquele país, do Brasil e da Venezuela. De lá, foi para a capital paulista, participar de seminário com investidores internacionais. De São Paulo, foi para São Carlos, no interior paulista, receber o título de cidadão honorário. Delcídio destacou que o título foi concedido por unanimidade e na cerimônia estavam vários vereadores da oposição.

De acordo com o líder, José Dirceu participou do encontro com 55 prefeitos paulistas do PT apenas porque já estava em São Carlos. De lá, seguiu para encontro com lideranças políticas em Araraquara e partiu então para os Estados Unidos, onde esteve com várias autoridades americanas, entre elas a secretária de Estado – equivalente ao cargo de ministro das Relações Exteriores brasileiro –, Condoleezza Rice.

Delcídio Amaral afirmou que José Dirceu “jamais utilizou a estrutura de governo para qualquer atividade particular”, destacando que todo o seu trabalho é registrado pela imprensa. Ele elogiou o ministro por ter se antecipado e enviado ao presidente da Comissão de Ética Pública do governo federal, Fernando Neves da Silva, todas as informações sobre a viagem questionada pela imprensa. O líder também elogiou a sessão em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, realizada ontem em Plenário.

Congresso homenageia a mulher brasileira

Concessão do Prêmio Bertha Lutz integra eventos sobre o Dia Internacional da Mulher

A mulher brasileira, desde a mais humilde, que sofre por não saber se terá o pão do dia para dar a seus filhos, até a mais destacada militante, que impõe seu prestígio a universos até há pouco tempo dominados pelos homens, está representada entre as cinco agraciadas com o Prêmio Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

A entrega do prêmio foi um

dos pontos mais importantes de uma série de homenagens que o Congresso Nacional prestou ontem à mulher brasileira. A representatividade das cinco agraciadas foi ressaltada pela presidente do conselho do prêmio, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), durante sessão solene.

Serys saudou as mulheres presentes, entre elas a primeira-dama brasileira, Marisa Letícia Lula da Silva, e a da Bolívia, Elvira Salinas Gamarra Mesa.

Militantes

Entre as premiadas com o Prêmio Bertha Lutz estão militantes da luta contra a violência, como

Maria da Penha, que ficou paraplégica depois de ter sido agredida pelo ex-marido, e Palmerinda Donato, jornalista e escritora que atua na causa feminina desde 1955.

O papel da mulher como cidadã foi reconhecido também em Zilda Arns, fundadora da Pastoral da Criança, que desenvolve trabalhos para reduzir a mortalidade infantil, e Rozeli da Silva, que dirige desde 1996 um centro de apoio a crianças de seis a 14 anos. A militante política foi destacada em Clara Charf, que desde 1942 luta pelos direitos democráticos e contra a carestia.



RECONHECIMENTO Marisa Letícia entrega o Prêmio Bertha Lutz a Maria da Penha, militante contra a violência

"Força e doçura" para modificar o mundo

O trabalho social da missionária norte-americana Dorothy Stang, assassinada a tiros no dia 12 de fevereiro, em Anapu (PA), é uma prova cabal de como a mulher pode modificar o mundo com "força e doçura". O ponto de vista foi manifestado pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) na sessão solene em que o Congresso homenageou a mulher brasileira.

– A irmã Dorothy foi uma rosa roubada de nosso jardim e arrancada de nosso seio pela mão da pistolagem, a mando de grileiros que infelizmente vivem na Amazônia – acrescentou.

O senador Demostenes Torres (PFL-GO), outro orador

da sessão, lamentou que o Brasil seja "um país padraço com as mulheres". Observou que, naquela sessão solene de uma hora e meia, cerca de 400 mulheres estavam sendo espancadas pelo Brasil afora. Uma forma de combater o problema, segundo o senador, é aumentar a pena de reclusão por lesão corporal, conforme projeto já aprovado pelo Senado e em exame pela Câmara dos Deputados.

A necessidade de combater a violência foi citada também pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Ele mencionou pesquisas segundo as quais 33% das entrevistadas admitiram ter sofrido violência sexual

doméstica e outras 30% se declararam vítimas de violência física em suas residências.

Minorias

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) dedicou seu discurso às mulheres que integram minorias discriminadas, como negras, índias e trabalhadoras simples do campo, além de homossexuais.

A questão da violência foi também destacada por Heloísa Helena, que citou as mães que choram por ter seus filhos assassinados ou espancados pelos "filhos da elite". Por fim, a senadora alagoana conclamou as mulheres a viver a "maravilhosa experiência de serem mulheres e livres".



TIROS Virgílio indaga se José Dirceu respeita portaria que limita venda de balas para arma de fogo

Arthur Virgílio quer saber mais sobre ministro

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), apresentou requerimento de informações ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, indagando sobre a notícia de que ele estaria praticando tiro ao alvo, tendo como instrutor um atirador do Exército. O senador quer saber se o ministro está respeitando portaria do governo que limita a 50 cartuchos a venda de balas por ano.

– Isso representa quatro balas por mês ou, mais ou menos, uma por semana, o que, em princípio, inviabilizaria a prática do novo “esporte” do ministro – observou Virgílio.



PASSAGENS Sibá estranha promoção de preços de vôos, apesar das alegações de crise no setor

Sibá pede esclarecimentos sobre vôos

O senador Sibá Machado (PT-AC) anunciou ontem a apresentação de requerimento para que as companhias aéreas esclareçam ao Senado as promoções que vêm realizando nos últimos dias e sobre sua situação econômico-financeira. Ele disse estranhar o fato de as empresas baixarem os preços das passagens em até 70%, apesar das alegações de crise.

Sibá criticou a falta de condições para os consumidores se beneficiarem dos preços. O senador se referiu aos balcões superlotados nos aeroportos e ao congestionamento nas consultas pela Internet.



Fotos: Roosevelt Pinheiro
APELO Almeida Lima espera que Supremo decida logo sobre ações que questionam resolução do TSE

Almeida Lima cobra decisão sobre vereadores

O senador Almeida Lima (PSDB-SE) solicitou que o Supremo Tribunal Federal analise o mais rápido possível as ações que questionam a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), adotada no ano passado, que reduziu o número de vereadores nas cidades do país. O parlamentar explicou que houve “uma verdadeira revolta” depois das eleições e, baseados em ações da Justiça comum, centenas de vereadores tomaram posse, considerando o número permitido antes da decisão do TSE.



CAUSAS Falta de educação e de prática religiosa está na raiz da criminalidade, segundo Francisco

Francisco Pereira defende ações contra violência

O senador Francisco Pereira (PL-ES) fez ontem relato de assalto que sofreu no último sábado em Vitória, capital do Espírito Santo. Dizendo-se indignado com a violência urbana que toma conta do país, o parlamentar apresentou diversas idéias para o combate ao crime e a redução da violência.

Para Francisco Pereira, uma das causas do aumento da criminalidade é a falta de educação e de prática religiosa, necessárias, na opinião dele, à formação do caráter desde a infância do indivíduo.

Líderes decidem votar projetos terminativos com a pauta trancada

■ Renan anuncia que Senado decidiu adotar procedimento igual ao da Câmara dos Deputados

De acordo com decisão tomada na reunião de líderes partidários realizada ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros, será permitida a votação de projetos terminativos nas comissões, mesmo com a pauta do Plenário trancada por medida provisória, da mesma maneira que ocorre na Câmara dos Deputados.

Os projetos terminativos, depois de aprovados na comissão, seguem direto para exame da Câmara dos Deputados, a não ser que pelo menos nove senadores exijam que o Plenário também delibere sobre a matéria. Até agora, quando as deliberações do Senado estavam impedidas por decurso de prazo para exame de medidas provisórias (MPs), as votações terminativas também ficavam paralisadas nas comissões.

– A decisão foi conjunta da Mesa com os líderes de todos os partidos. A interpretação definitiva que tomamos em comum acordo com os líde-

res é que a deliberação só se completa depois de esgotado o prazo de cinco dias do recurso ao Plenário. As comissões continuarão votando a exemplo do que acontece na Câmara, com direito a recurso ao Plenário, que se esgota apenas cinco dias depois de lido pela Mesa diretora – destacou Renan Calheiros.

Renan comentou que existem pareceres contraditórios sobre o assunto, mas como a Câmara vem votando as matérias dessa maneira há três anos, o Senado optou por adotar esse procedimento.

O senador Aloizio Mercadan-

te (PT-SP), líder do governo, disse que o acordo determina que os projetos serão votados nas comissões sem serem encaminhados à Mesa da Casa quando as votações estiverem impedidas por decurso de prazo para exame de medidas provisórias.

Mercadante afirmou que na próxima semana haverá reunião de líderes para tentar consolidar a mudança de rito na tramitação das MPs. Ele explicou que, da forma como tramitam agora, as MPs têm na Câmara prazo de 45 dias para exame, mas no Senado já chegam trancando a pauta.

Medida provisória ainda obstrui a pauta do Plenário

Não houve votações durante a ordem do dia de ontem, porque os líderes ainda tentam um acordo em torno da votação do Projeto de Conversão 1/05, relativo à Medida Provisória 226/04, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) explicou que houve na manhã de ontem reunião para tratar do tema, mas alguns pontos ainda não estão definidos.

– Na segunda-feira (14), os líderes terão nova reunião para tratar da questão, e na terça-feira (15) a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) também debaterá o Programa Nacional de Microcrédito, inclusive com a presença de Gilson Bittencourt, do grupo de trabalho interministerial que estuda o assunto. Por isso, acreditamos que na próxima quarta-feira (16) já estaremos em condições de votar e desbloquear a pauta – assinalou a senadora.

Maguito pede aprovação do programa de microcrédito

Maguito Vilela (PMDB-GO) pediu a atenção dos senadores para o projeto de lei de conversão que cria o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo. Para o senador, o projeto, derivado das mudanças implementadas pela Câmara dos Deputados na Medida Provisória (MP) 226/04, é uma “medida inteligentíssima”.

O senador afirmou que o programa, a ser gerido pelo Ministério do Trabalho com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), visa garantir crédito para microempreendedores que dificilmente teriam acesso a empréstimos com juros baixos no sistema financeiro. A idéia do governo é aumentar a geração de emprego e renda, uma vez que as microempresas são as maiores geradoras de postos de traba-



BENEFÍCIO Maguito prevê que milhares de pequenos empresários serão atendidos em todo o país

lho no Brasil.

Maguito citou pesquisa do Sebrae, segundo a qual mais da metade dos pequenos empreendimentos não sobrevive ao terceiro ano de vida, devido principalmente à falta de acesso a crédito barato. Ele espera que o programa atenda a milhares de pequenos empresários em todo o país.



ATRASSO Garibaldi destaca que medidas provisórias trancam pauta do Senado e da Câmara

Garibaldi quer limitar edição de MPs

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) defendeu a adoção de iniciativas parlamentares que limitem o poder presidencial de editar medidas provisórias. Ele sugeriu que o Congresso identifique os temas mais recorrentes que

motivaram a publicação de MPs editadas desde a Emenda Constitucional 32 (que tentou disciplinar a matéria). A partir daí, seria feita análise para detectar onde há necessidade de impor maior restrição.

Para o senador, muitas vezes o Congresso é incompreendido e acusado, sem culpa, pela morosidade na aprovação de algumas matérias. Ele lembrou que o grande número de medidas provisórias editado pelo governo tem trancado a pauta de votações da Câmara e do Senado. Para Garibaldi, a limitação no poder de editar MPs contribuiria para resgatar a imagem do Parlamento.

Em aparte, Ramez Tebet (PMDB-MS) concordou com a necessidade de o Congresso aprovar um instrumento que limite a edição de MPs.

Renan discute reforma política com presidentes dos partidos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, realizou ontem a terceira reunião da semana sobre reforma política com presidentes de partidos. Dessa vez compareceram os presidentes do PT, PSB, PPS, PCdoB e PV. A idéia é discutir temas sobre a reforma que não são consensuais.

Os principais assuntos debatidos no encontro, segundo o relator da matéria na Câmara, Ronaldo Caiado (PFL-GO), foram a cláusula de barreira,

que exige um número mínimo de votos por cada partido; o financiamento público de campanha e a criação da federação dos partidos.

Estiveram presentes à reunião com Renan Calheiros os deputados Ronaldo Caiado, Renildo Calheiros (PCdoB), Roberto Freire (PPS), Miguel Arraes (PSB), José Genoíno (PT), Renato Casagrande (PSB-ES) e também os presidentes do PCdoB, Renato Rabelo, e do PV, José Luiz França Penna.

Juvêncio: órgãos da área indígena precisam mudar

■ Em nova audiência sobre as mortes de crianças índias, senador cobra objetividade nas ações

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), defendeu ontem a reestruturação das entidades envolvidas com a questão indígena. Dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) apresentados pelo senador mostram que a Fundação Nacional do Índio (Funai) trabalhou com orçamento de R\$ 192,6 milhões em 2004 e gastou R\$ 144,9 milhões com despesas administrativas e de pessoal, enquanto os dispêndios com atividades produtivas em aldeias ficaram reduzidos a R\$ 47,7 milhões.

– As entidades da questão indígena devem cumprir seu dever com mais objetividade e não ficar apenas na retórica – cobrou Juvêncio, na segunda audiência pública do colegiado a tratar das mortes, por desnutrição, de crianças indígenas em aldeia situada em Dourados (MS). O debate contou com a

participação de autoridades e lideranças indígenas, como o médico e vereador Eduardo Marcondes, e o vice-presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena daquele município, Fernando da Silva Souza.

Conforme o vereador, os índios de Dourados convivem com a miséria, o alcoolismo e a ocorrência de suicídios. Entre as ações emergenciais para combater a mortalidade infantil, ele sugeriu creches, crédito agrícola, escola em regime integral e o reforço da cesta básica distribuída na aldeia, que possui 3.600 hectares.

Marcondes disse que já encaminhou à Câmara de Dourados requerimento para a construção de restaurante comunitário na aldeia. O vereador também

quer transformar os quatro parques ambientais da região em áreas indígenas, a partir de um plano de manejo ambiental.

– A falta de terra não é o fator imediato das mortes ocorridas na aldeia, e, sim, o mau uso que dela se faz – argumentou Marcondes, ao comentar que o arrendamento de terras indígenas é ilegal, mas se transformou em regra nas aldeias de Mato Grosso do Sul.

Fernando Souza, índio terena nascido e criado em Dourados, condenou recentes declarações do ministro da Saúde, Humberto Costa, que, segundo ele, teria considerado normal a morte das crianças. “O ministro precisa rever seus conceitos sobre direitos humanos”, criticou o vice do Conselho de Saúde Indígena.



DESACORDO Na Funai, gastos com despesas administrativas e de pessoal superam investimentos em atividades produtivas nas aldeias, afirma Juvêncio

Senadores analisam soluções para crise em aldeias

Durante a segunda audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater as mortes das crianças indígenas na aldeia de Dourados, em Mato Grosso do Sul, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) sugeriu que seja formado um grupo de senadores para visitar e conhecer a realidade local.

– A morte de crianças nos choca profundamente, seja qual for a razão, ainda mais por inanição. Os índios não são ignorantes e inconseqüentes. Eles

precisam de assistência médica permanente. É preciso combater a ociosidade dos índios. Quando visitei há alguns anos a aldeia yanomâmi, vi crianças comendo minhocas e a promiscuidade entre os índios e os garimpeiros. Não critico o presidente da Funai, Mércio Gomes, pois não o conheço, mas a falta de continuidade administrativa é um crime – disse.

Para o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), a insensibilidade da sociedade brasileira é resultado da omissão dos homens públicos que não cumprem

com suas obrigações.

– Não estaríamos reunidos aqui se não tivessem morrido as crianças em Dourados. Mas quantas morrem diariamente na porta dos hospitais? A Funai não pode gastar mais em atividade-meio do que na atividade-fim. A questão é de gerência administrativa.

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) também defendeu mudanças em leis e na Constituição.

– Por que o índio precisa ser assistido, não pode trabalhar e ser remunerado? – indagou.



REALIDADE Tuma propõe visita a Dourados, para que senadores vejam de perto a situação dos índios



INDIFERENÇA Para Tebet, omissão de autoridades torna sociedade insensível às questões públicas



OFÍCIO Quintanilha defende mudanças em normas, para que índio trabalhe e seja remunerado



AIDS Antonio Carlos Valadares, presidente da CAS, na reunião que aprovou convite para que autoridades esclareçam crise de abastecimento

Humberto Costa deve falar sobre falta de remédios

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem requerimento do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), convidando o ministro da Saúde, Humberto Costa, para prestar esclarecimentos sobre a crise no abastecimento de medicamentos contra a Aids.

O senador solicitou também o comparecimento ao colegiado, para tratar da questão, do ex-secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (MS) Luiz Carlos Bueno de Lima; do presidente da Associação dos Laboratórios Oficiais (Alfob), Carlos Alberto Pereira; e o ex-secretário executivo do MS Gastão Wagner. Por sugestão de Romeu Tuma (PFL-SP), foi incluído, no requerimento, pedido para que o ministro Humberto Costa fale sobre a crise da saúde no Rio.

Nova subcomissão

A CAS acolheu ainda a criação da Subcomissão Permanente

de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, em lugar da Comissão Temporária da Saúde, que foi extinta. O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) foi escolhido presidente dessa subcomissão, também integrada por Mão Santa (PMDB-PI), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Augusto Botelho (PDT-RR) e Flávio Arns (PT-PR).

Foram aprovados mais quatro requerimentos: o primeiro, de Marcelo Crivella (PL-RJ), solicitando audiência com representante de trabalhadores para debater o PLS 19/03, que fixa em 20kg o máximo de peso a ser removido por empregado; o segundo, de Sérgio Cabral (PMDB-RJ), extinguindo a Subcomissão do Idoso; os dois últimos, de Valdir Raupp (PMDB-RO), remetendo à análise de outras comissões o PLC 24/03, que regulamenta a profissão de turismólogo, e o PLC 80/04, sobre a criação de serviços para moradores de rua.

Ministro também é convidado a explicar gastos na Funasa

O líder do PFL, senador José Agripino Maia (RN), disse que apresentou requerimento para que o ministro da Saúde, Humberto Costa, compareça ao Senado para explicar os gastos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), responsável pelo programa de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Segundo dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) apresentados pelo senador, a Funasa gastou, em 2004, R\$ 28,8 milhões em viagens e somente R\$ 8 milhões em remédios para as comunidades indígenas de todo o país.

– Apenas nos dois primeiros meses de 2005, a Funasa já gastou em viagens R\$ 1,6 milhão contra R\$ 128 mil em remédios. Agora é possível entender por



MOTIVO Agripino diz que excesso de viagens consome recursos que deveriam evitar mortes em aldeias

que as estatísticas de mortes de crianças indígenas estão aumentando – salientou. Ele também teceu críticas ao ministro da Saúde, Humberto Costa, por ter declarado que os óbitos estariam dentro de números normais.

Alvaro critica falta de investimento na saúde pública

Alvaro Dias (PSDB-PR) apontou ontem o que chamou de “incompetência do governo” na execução orçamentária, especialmente nas áreas de saúde pública e saneamento básico. Para o senador, essa situação é uma das grandes responsáveis pela mortalidade infantil, a exemplo do que ocorreu em Dourados, Mato Grosso do Sul, com as crianças indígenas.

Segundo dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), apresentados pelo senador, no programa Saneamento Rural – no qual estão previstas ações de saneamento básico em aldeias indígenas e a implantação, ampliação ou melhoria de serviços em localidades com menos de 2.500 habitantes e áreas rurais –, de um total autorizado de R\$ 82,4 milhões no Orçamento de 2004, até 15 de janeiro de 2005 foram executados apenas 11,74%.

Na implantação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no



PRIORIDADE Alvaro Dias afirma que governo não poupa recursos para o programa nuclear

Piauí, de um total de R\$ 11 milhões, no Orçamento de 2004, a porcentagem executada até 15 de janeiro foi zero. Os mesmos problemas são apontados pelo senador em setores como o controle da dengue, o combate à criminalidade, a educação para o trânsito e a área cultural.

No entanto, disse Alvaro, o governo executou quase 60% dos R\$ 60 milhões previstos para o Programa Nacional de Atividades Nucleares. O senador assinalou ainda o fato de a Funasa gastar mais com hotelaria e autopeças do que com atividade médica e alimentos.

Em apartes, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Mão Santa (PMDB-PI) se somaram ao pronunciamento de Alvaro Dias.

da população brasileira não conta com coleta de esgoto, acrescentando que em alguns estados a situação é mais grave. Em Rondônia, por exemplo, somente 1,7% da população urbana têm serviço de esgoto, informou o senador.

– Apesar desse quadro preocupante, que coloca o Brasil entre os piores países do mundo, apesar das promessas de campanha e das indiscutíveis consequências sociais sobre a população mais pobre, os investimentos públicos em matéria de saneamento vêm desabando. O resto é mentira, é propaganda falsa – disse.

Conforme o senador, em 2001, a União investiu R\$ 275,5 milhões em saneamento. Em 2003, já no governo Lula, os investimentos caíram mais de dez vezes, para R\$ 21,8 milhões. Mão Santa disse que esses dados explicam os altos índices de mortalidade infantil.

Ele lembrou que, quando governador do Piauí, implantou 400 quilômetros de esgoto sanitário. Recordou ainda que, durante a campanha, Lula se comprometeu a investir R\$ 6 bilhões por ano em saneamento. Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) cumprimentou Mão Santa pelo tema abordado.

Crivella teme devolução de hospitais do Rio à União

A devolução à União de hospitais e postos de saúde municipalizados deve agravar os problemas da saúde no Rio de Janeiro, previu ontem o senador Marcelo Crivella (PL-RJ). Conforme noticiado pela imprensa, esgotaram-se as discussões entre a prefeitura e o governo federal, o que acarretaria a perda do controle sobre R\$ 788 milhões anuais do Sistema Único de Saúde (SUS). Os recursos seriam então geridos pelo estado do Rio de Janeiro.

– O estado não tem condições – frisou o senador.

Crivella lamentou que a população carente da cidade sofra as consequências da falta de acordo entre autoridades municipais e federais. Ele atacou ainda o prefeito César Maia que, durante a campanha que o reelegeu em 2004, teria afirmado ter em caixa R\$ 1 bilhão.

– Onde está este dinheiro? Na saúde é que não está. O mais primitivo instrumento de defesa que se conhece é jogar a culpa no outro. A União não repassa os recursos e os hospitais do estado estão a mesma droga. O prefeito se defende dizendo que vai devolver os hospitais, o que é um discurso diferente da campanha – disse Crivella.

Em aparte, o líder do PFL, José Agripino (RN), saiu em defesa do prefeito do Rio, também do PFL. Segundo ele, a disposição do prefeito é resolver o problema da saúde, que sofre com problemas de repasse de recursos pela União.

– Os repasses de recursos para o custeio das unidades estão congelados em R\$ 150 milhões há cinco anos – disse.

Também em aparte, o senador Ramez tebet (PMDB-MS) elogiou a preocupação de Crivella com os problemas da saúde no Rio.



PREJUÍZO Crise nos hospitais afeta a população mais carente, lembra Marcelo Crivella



DELIBERAÇÃO Requerimento de Hélio Costa solicitando informações ao Itamaraty foi aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores

Costa questiona governo sobre refém no Iraque

■ Senador diz que informações sobre negociação em favor do brasileiro são controversas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem requerimento do senador Hélio Costa (PMDB-MG) solicitando informações ao Ministério das Relações Exteriores sobre o estágio das negociações para a libertação do brasileiro João José de Vasconcellos Júnior, seqüestrado no Iraque em janeiro. O requerimento será lido em Plenário e encaminhado à Mesa.

Hélio Costa deseja saber que ações já foram adotadas pelo Itamaraty para a libertação do brasileiro e com que países,

organismos internacionais, grupos e pessoas estão sendo conduzidas as negociações. Indaga ainda quem são os envolvidos nas negociações e se houve contatos com grupos islâmicos radicais.

– As informações que temos são controversas. Estamos solicitando ao Itamaraty que nos transmita até mesmo informação confidencial, para sabermos o que está sendo feito pela libertação do brasileiro.

Hélio Costa lembrou o caso da jornalista italiana recentemente libertada no Iraque, Giuliana Sgrena, ao sugerir que o Brasil se una, como fez a Itália, na defesa da libertação do engenheiro. Na presidência da sessão, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) considerou o pedido de informações muito oportuno.

Vítimas da tentativa de ingresso nos Estados Unidos

Outro requerimento de informações ao Itamaraty aprovado durante a reunião, este de autoria de Eduardo Azeredo, refere-se às ações que estariam sendo implementadas pelo governo brasileiro no sentido de identificar os corpos dos brasileiros mortos durante tentativa de ingresso ilegal no território dos Estados Unidos. Baseando-se na reportagem “Travessia Mortal”, da revista *IstoÉ*, o senador questiona o que o ministério estaria fazendo para repatriar os corpos desses brasileiros.

Romeu Tuma (PFL-SP) observou que a questão é tão grave que motivou a realização da novela *América*, da Rede Globo.

A CRE concedeu parecer favorável ao Projeto de Resolução 48/03, de Ney Suassuna (PMDB-PB), que cria o Grupo Parlamentar Brasil-África do Sul. Segundo o relator, Marcelo Crivella (PL-RJ), a África do Sul é estratégica para o Brasil.

Também foram acolhidas três mensagens presidenciais: de indicação do embaixador na Índia, José Pimentel, para exercer cumulativamente o cargo junto ao Sri Lanka; de Luiz Augusto Neves, embaixador na China, para representar o Brasil também na Mongólia; e de Antônio de Castro, embaixador no Quênia, para exercer o cargo também em Burundi.



DEFICIÊNCIA Segundo Mão Santa, metade da população não conta com serviço de coleta de esgoto

Mão Santa: saneamento continua sendo feito por urubu

O senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou ontem a falta de investimentos públicos em saneamento básico.

– Relembro o livro mais antigo do Brasil sobre higiene, do professor Afrânio Peixoto. Ele dizia, há um século, que, no Brasil, o saneamento era feito pelo sol, pela chuva e pelos urubus. Continua assim, no governo do PT.

Mão Santa afirmou que o saneamento passa no governo Lula por sua pior crise. Ele ressaltou que quase metade

Incra sem recursos para impedir grilagem de terra

■ Em depoimento à CPI da Terra, Rolf Hackbart também garantiu avanço na reforma agrária

O presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, afirmou ontem, em depoimento na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra (CPI da Terra), que o Incra

e a Polícia Federal precisam de mais recursos para garantir o cumprimento da lei agrária na Amazônia. Hackbart citou como exemplo o estado de Rondônia, onde, segundo ele, 93% das terras são da União e nas quais há grilagem em áreas em que nem o Incra, nem a Polícia Federal têm acesso.

– Os grileiros chegam com aviões e jagunços e ocupam as terras – disse Hackbart.

Ele afirmou que o Incra assentou 81.254 famílias entre

janeiro e dezembro de 2004. Esse número, argumentou, é superior à média anual de 65,5 mil, do período compreendido entre 1995 e 2002. É ainda o terceiro melhor desempenho da história da reforma agrária no Brasil, acrescentou. Somando-se ao desempenho de 2003, o governo assentou um total de 117.555 famílias em dois anos, atingindo 81% da meta de 145 mil famílias estabelecida pelo Plano Nacional de Reforma Agrária para o período.



ACUSAÇÃO João Alfredo, entre Onyx Lorenzoni e Alvaro Dias, afirma que Goiás não respeitou direitos humanos

CPI aprova federalização de julgamento em Goiânia

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra aprovou ontem requerimento do deputado João Alfredo (PT-CE) para que seja recomendada ao procurador-geral da República a federalização da investigação e do julgamento “dos crimes cometidos pela polícia do estado de Goiás durante despejo do Parque Oeste Industrial na cidade de Goiânia”.

Na justificativa do requerimento, João Alfredo afirmou que a polícia e o governo de Goiás não observaram os pactos e tratados internacionais que o Brasil assinou e ratificou sobre direitos humanos e direitos da criança, entre outros. Ele também criticou a decisão do juiz que determinou a reintegração de posse da área.

Para respaldar seu argumento, o deputado citou o artigo 109, parágrafo 5º, da Constituição, segundo o qual compete aos juizes federais processar e julgar as causas relativas aos direitos humanos, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais dos quais o Brasil seja parte.

João Alfredo referiu-se ainda ao direito à moradia adequada, que, entre outras disposições, aponta as obrigações dos Estados-partes de utilizarem todos os meios apropriados para evitar os despejos forçados e proteger os cidadãos de ações arbitrárias e violentas.



EVOLUÇÃO Suplicy diz que programa de reforma agrária começa a mostrar resultados positivos

Suplicy destaca programas de transferência de renda

Os diversos programas do governo, sejam os direcionados à reforma agrária ou de transferência de renda, começam a dar resultados modestos, porém, em uma direção positiva, disse ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ao cumprimentar a exposição feita pelo presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra.

Hackbart, relatou o senador, fez uma explanação sobre o estágio em que se encontra a reforma agrária e apresentou dados que mostram uma evolução moderada, mas em uma direção positiva, no índice de concentração de terra no país, apontando para uma maior equidade.

Mozarildo condena idéia de ocupação da Amazônia

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) condenou ontem a proposta do economista francês Pascal Lamy, de que a Amazônia seja administrada por um consórcio de países. Mozarildo teme que, com a adoção da idéia, já encampada por vários líderes mundiais, a Amazônia se transforme “numa espécie de Iraque”, país ocupado por tropas internacionais.

Para o senador, é preciso pensar a Amazônia de uma maneira diferente. Ele lamentou que todo mundo tenha idéias sobre o que não se pode fazer com a floresta, mas não sobre o que pode ser feito.

– Não existe uma inteligência brasileira capaz de formular um plano efetivo de ocupação e desenvolvimento da Amazônia de uma maneira racional. Entra governo e sai governo, e a floresta é vista como uma espécie de zoológico, que tem que ser preservada, mas preservada para quem? – indagou.



DIFICULDADE Mozarildo: não existe inteligência capaz de elaborar plano de desenvolvimento para a região

Mozarildo ressaltou que tanto a questão ambiental quanto a indígena merecem atenção, lembrando que em seu estado o mapa das reservas indígenas coincide com o mapa das reservas minerais, o que torna a relação entre índios e garimpeiros bastante tensa. O senador recordou o episódio em que 29 garimpeiros foram assassinados dentro da reserva.

O senador mencionou a aprovação, na quarta-feira, da Medida Provisória 225/04, que autoriza a Caixa Econômica Federal a alienar diamantes brutos em poder dos índios cintas-largas, por tempo determinado e em caráter excepcional, mas afirmou que isso está longe de ser suficiente.

Raupp saúda liberação da marca "cupuaçu"

A invalidação do registro que garantia à multinacional japonesa Asahi Foods o direito exclusivo de uso do nome “cupuaçu” (fruto típico da Amazônia) foi comemorada ontem pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO). O registro foi declarado inválido pela Cancellation Division, órgão da União Européia.

– Mais do que o cancelamento de uma marca, o que temos a comemorar é o poder que a sociedade civil demonstrou de reagir diante desse tipo de monopolização dos conhecimentos tradicionais e das riquezas amazônicas – afirmou.

Raupp esclareceu que o caso do cupuaçu tornou-se um clássico nas campanhas contra a biopirataria. No fim de 2002, relatou Raupp, os pequenos produtores acreanos reunidos na cooperativa Doces Tropicais descobriram que não poderiam utilizar o nome da fruta cupuaçu nos produtos dela derivados,



REAÇÃO Raupp lembra que agora produtores do fruto amazônico estão livres para exportar

que pretendiam exportar para os mercados dos países industrializados. O nome estava patenteado pela Asahi Foods para sua subsidiária Cupuaçu International.

O caso, acrescentou, desencadeou uma reação corporificada na Campanha contra a Biopirataria – O Cupuaçu é Nosso, liderada pela Rede GTA (Grupo de Trabalho Amazônico), pela organização acreana Amazalink e pelo Instituto de Comércio e Direito Internacional (Ciited).

Raupp lembrou que, enquanto não caíssem os registros obtidos pela Asahi Foods, os produtores estariam impedidos de comercializar qualquer coisa que usasse o nome “cupuaçu”.